



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI N.º 2.957, DE 2022**
(Do Sr. Kim Kataguiri)

Dispõe sobre neutralidade ideológica nas atividades da Administração Pública

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

(*) Atualizado em 22/03/2023 em virtude de novo despacho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

II - uso de linguagem neutra ou qualquer outro artifício linguístico que demonstre determinado posicionamento ideológico, devendo ater-se às regras oficiais da língua portuguesa;

III - banir, desestimular, promover, obrigar o uso ou de qualquer forma incentivar o uso de palavras ou expressões da língua portuguesa;

IV - desestimular ou estimular qualquer tipo de comportamento relacionado à sexualidade e expressão de gênero, salvo no que for necessário para cumprir a lei penal;

V - estimular qualquer tipo de divisão racial entre as pessoas, salvo no que for necessário para cumprir a lei penal;

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

KIM KATAGUIRI

Deputado Federal (UNIÃO-SP)

Justificação

O presente projeto de lei pretende estabelecer a neutralidade ideológica no âmbito da Administração Pública.

Cada órgão da Administração tem uma determinada missão constitucional. Com lamentável frequência, porém, temos presenciado alguns órgãos usarem recursos financeiros e humanos em atividades alheias aos seus objetivos institucionais. Com efeito, há órgãos que se lançam em campanhas de “conscientização” da sociedade com relação a

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 4º andar, gabinete 421
dep.kimkatguiiri@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

determinados temas que em nada se relacionam com suas atividades administrativas e, pior, muitas vezes servem como suporte a uma determinada causa partidária ou ideológica.

O que o presente PL visa instituir é a chamada “neutralidade ideológica”. Cada órgão administrativo deve cuidar, exclusivamente, de suas funções, sem adentrar na seara das discussões políticas, mesmo de forma dissimulada. O presente PL em nada altera a atividade típica legislativa, que é o foro adequado para discussões políticas, tampouco se aplica à atividade jurisdicional exercida pelo Poder Judiciário.

Recursos públicos - humanos e financeiros - devem ser usados para fins institucionais e não para fazer política.

Peço aos eminentes colegas a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 12/12/2022

KIM KATAGUIRI

Deputado Federal (UNIÃO-SP)

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 4º andar, gabinete 421
dep.kimkatgui@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF

